



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Alto Alegre
Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000
CNPJ: 92.406.057/0001-03
E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br
Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE/RS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 08/2025
CONTRATO Nº 115/2025

Contratação de empresa para futuras e parceladas Prestação de Serviços de Manutenção e Conserto dos Poços Artesianos e redes internas dos mesmos, os quais são mantidos pelo Município de Alto Alegre/RS

O **MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CGC/MF 92.406.057/0001-03, com sede na Rua Recreio, nº 233, representado por seu **PREFEITO MUNICIPAL Sr. SILMAR DEMAMAN**, brasileiro, casado, portador do CPF sob nº 496.640.931-49, residente e domiciliado na AV julho de Castilhos, nº 418, bairro Centro, na cidade de Alto Alegre/RS, doravante denominado simplesmente **PODER EXECUTIVO**, e de outro lado, **H2O ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE POÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 04.960.438/0001-72, localizada na rua, **IDA BERLET nº 1240**, Bairro **PLANALTO**, na cidade de **IBIRUBÁ / RS**, CEP **98.200-000**, representada neste ato por **GILMAR JACO HENKES**, inscrito no CPF sob nº **496.465.830-91** e RG nº **3029738287**, residente e domiciliada na rua, **Aloísio Seibel, nº 1028**, Bairro **CENTRO**, na Cidade de **Selbach/RS**, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente, nos termos e nas cláusulas que seguem:

O presente Contrato rege-se, nos termos do art. 6º, XLI, art. 17, § 2º, art. 28, I, art. 34 e art. 78, IV, todos da Lei Federal nº 14.133/2021, e é celebrado com base nos documentos, os quais independem de transcrição, passam a fazer parte integrante deste Instrumento Contratual, em tudo o que não o contrariar: **Processo Licitatório nº 051/2025 – na Modalidade Pregão Eletrônico nº 026/2025**.

CLÁUSULA PRIMEIRA - FUNDAMENTAÇÃO:

1.1 Este contrato é fundamentado no procedimento realizado pelo **CONTRATANTE** através de **Pregão Eletrônico nº 026/2025** e na proposta da **CONTRATADA**, se regerá pelas cláusulas aqui previstas, bem como pelas normas da Lei Federal n.º 14.133/2021, suas alterações e demais dispositivos legais aplicáveis, inclusive os regulamentos editados pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO:

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para futuras e parceladas **Aquisições de Peças Para Manutenção dos Poços Artesianos e Redes Internas dos mesmos, mantidos pelo Município de Alto Alegre/RS**, para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura Município de Alto Alegre, nos termos do art. 6º, XLI, art. 17, § 2º, art. 28, I, art. 34 e art. 78, IV, todos da Lei Federal nº 14.133/2021, de acordo com Edital e termo de referência do Pregão Eletrônico nº 026/2025, conforme tabela a seguir:

ITEM	OBJETO	Quantidade Unitária Ou em Km	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	Deslocamento para atender intercorrência de manutenção de poços artesianos do	500	R\$ 5,51	R\$ 2.755,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
 Prefeitura Municipal de Alto Alegre
 Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000
 CNPJ: 92.406.057/0001-03
 E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br
 Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

	<p>município no interior e parque de exposição. (50km distância) Obs. 01- Esse deslocamento será da Sede da Empresa, considerando o deslocamento de ida e volta para as empresas localizadas fora do Município até local da realização do serviço- (acima dessa quilometragem não será custeado pelo Município.) Obs.02-para empresa localizada no Município será pago deslocamento da Sede do Município até local da realização do serviço. (Rua Recreio nº 233)</p>			
02	<p>Chamada técnica de urgência. Para prestação de serviços como: orientação técnica, levantamento e descrição de peças relativas aos poços, manutenção de rede de água interna dos poços, manutenção elétrica da entrada deluz, falha bombas de água.</p>	20	R\$ 326,67	R\$ 6.533,40
03	<p>Chamada técnica de urgência- para retirada e instalação de bomba submersa dos poços</p>	10	R\$ 1.270,00	R\$ 12.700,00
04	<p>Chamada técnico de urgência- para manutenção chave bóia. (substituição e manutenção das mesmas) e conserto quadro de comando</p>	20	R\$ 350,00	R\$ 7.000,00
VALOR TOTAL R\$ 28.988,40				

Parágrafo Primeiro- Os Chamados Técnicos deverão ser atendidos no máximo em 02 (duas) horas, a contar do horário do chamado por parte da Secretaria Municipal da Agricultura, através do responsável pelas redes de água;

Parágrafo Segundo- Os Chamados Técnicos deverão ser atendidos por pessoal com vínculo com a empresa contratada. Todas as despesas com a operação, manutenção, documentação, seguros, até os locais de realização dos serviços determinados pela municipalidade serão de competência da empresa a ser contratada;

Parágrafo Terceiro -Os Chamados Técnicos incluem todas as ferramentas, equipamentos inclusive de EPIs, veículo da empresa, inclusive se necessário, equipamentos especializados, são de responsabilidade da empresa contratada.

Parágrafo Quarto - Os custos de deslocamento, serão realizados conforme descrição do item 01 e deverão ser fiscalizados pelo fiscal do Contrato que deverá dar o aceite.

Parágrafo Quinto- Localização dos Poços Artesianos:

IDENTIFICAÇÃO POÇO	LOCALIDADE	LATITUDE (S)	LONGITUDE (W)
--------------------	------------	--------------	---------------



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Alto Alegre
Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000
CNPJ: 92.406.057/0001-03
E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br
Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

Poço 01	Costa do Jacuí – Albino Corazza	28°75'71.18"	53°00'21.40"
Poço 02	Linha Christ – Aluisio Erpen	28°45'43.43	52°58'37.99"
Poço 03	São José – Luiz Pasinato (São José 2)	28°46'34.53"	52°57'41.40"
Poço 04	São José – comunidade sede (São José 1)	28°46'15.26"	52°56'58.60"
Poço 05	São José – Marcelo Broch	28°46'49.4"	52°56'48.1"
Poço 06	Dois Arroios – João Corazza	28°47'21.53"	52°58'54.53"
Poço 07	Dois Arroios – Darci Piovesan (Dois Arroios 1)	28°48'34.67"	52°58'44.78"
Poço 08	Linha Pinho – Sandra Moraes	28°81.03.27"	52°94'61.79"
Poço 09	Localidade Nova – Linha Missio	28°84'24.90"	52°96'16.71"
Poço 10	Divisa Linha Bonita e Campos Borges – Elmo Castoldi/Dorval Barbosa	28°50'48.37"	52°58'55.96"
Poço 11	Linha Bonita – Escola	28°50'13.37"	52°58'45.15"
Poço 12	Santa Lúcia – Genuino Provensi	28°82'26.75"	52°99'55.53"
Poço 13	Santa Lúcia – Ilário Pedrassani	28°50'30.11"	53°00'11.29"
Poço 14	Treze de Maio – Sergio Hefler	28°49'51.87"	53°01'31.13"
Poço 15	Novo Horizonte – Mateus Tucha	28°49'41.86"	53°02'55.56"
Poço 16	Treze de Maio – Escola Princesa Isabel	28°48'48.14"	53°02'00.39"
Poço 17	Linha Pontão – Paulo Tomazi	28°48'15.12"	53°00'59.19"
Poço 18	Parque de Exposições	28°77'82.31"	53°00'14.46"
Poço 19	Linha Corazza - Abilio Tischer	28°78'89.13"	52°99'04.46"
Poço 20	Secretaria de Obras – cidade	28°77'80.24"	52°99'05.63"
Poço 21	Linha Aparecida – Bertol	28°77'89.48"	53°02'26.87"
Poço 22	Linha Aparecida/Linha Cristal – Valdir Florencio	28°79'36.90"	53°02'81.80"
Poço 23	Treze de Maio – Ari Muskopf	28°80'78.39"	53°04'58.55"
Poço 24	Treze de Maio/Costa do Jacuí – Arno Muskopf	28°80'01.34"	53°04'84.00"
Poço 25	Linha Corazza – Amarildo Corazza		

Obs: Havendo a necessidade da abertura de novos poços artesianos esses serão acrescentados nesta lista e encaminhado ao Contratante;

Parágrafo Sexto- As peças e/ou materiais utilizados na manutenção e/ou conserto dos quadros de comando, bombas submersas e demais consertos serão fornecidos pela Secretaria Municipal da Agricultura, não devendo a prestadora de serviço fornecer ou instalar nenhuma peça sem o prévio consentimento, da autoridade superior da Secretaria;

Parágrafo Sétimo- A empresa quando da realização do serviço deverá devolver a Secretaria a peça que foi trocada, considerada inutilizada.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO, FORMA DE ENTREGA:

3.1 Os serviços deverão ser executados conforme solicitação do responsável pelo setor de redes de água designado pela Secretaria Municipal da Agricultura.

3.2- O fornecedor deverá atender a demanda apresentada pelo servidor em até duas horas quando se tratar de chamado técnico.

3.3 Os serviços poderão ser solicitados em qualquer um dos 25 (vinte e cinco) endereços conforme já descrito neste documento e ETP, que especificam os endereços dos poços artesianos que o município possui atualmente. Sempre que ocorrer a abertura de algum poço novo, o endereço será incluído na lista de poços para possíveis atendimentos, e a informação será repassada para a contratada.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Alto Alegre
Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000
CNPJ: 92.406.057/0001-03
E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br
Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

3.4.A empresa vencedora deverá manter equipe diária a disposição nos horários solicitados de segunda a sexta-feira, também em caráter emergencial e/ou extraordinário como horários noturnos, finais de semana e feriados em razão da necessidade de fornecimento de água potável de forma contínua a população da zona rural e parque municipal de eventos.

3.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Estudo Técnico Preliminar devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

3.6. O acompanhamento e fiscalização dos serviços será realizada pela Secretaria Municipal de Agricultura, por funcionário designado mediante portaria Nº 12.000/2025.

3.7. O prazo de vigência do contrato será de 12 meses, contados da assinatura deste contrato.

3.8. Este contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, por iguais e sucessivos períodos, de acordo com o disposto no art.107 da Lei 14.133/2021, respeitada a vigência máxima decenal, mediante demonstração de que as condições e os preços permanecem vantajosos para o **CONTRATANTE**, sendo permitidas eventuais negociações entre as partes.

3.9. O atraso ou a inexecução, mesmo que parcial, no cumprimento desta cláusula ocasionará a aplicação das penalidades legais a **CONTRATADA**.

CLÁUSULA QUARTA - PREÇO:

4.1. O **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** o valor de **R\$ 28.988,40 (vinte e oito mil, novecentos e oitenta e oito reais com quarenta centavos)** para a aquisição dos serviços objeto deste contrato. Todos os valores constantes da proposta vencedora do **Processo Licitatório nº 051/2025 – na Modalidade Pregão eletrônico nº 026/2025**.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PAGAMENTOS:

5.1. O pagamento será realizado, a partir da ordem de compra ou nota de empenho. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo de referência devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

5.2. A Nota Fiscal/Fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo e a fim de se acelerar o trâmite e a posterior liberação do documento fiscal para pagamento; bem como a localização do poço e os serviços realizados.

5.3. A empresa deverá apresentar relatório discriminando serviços executados, mencionando datas, endereços, chamados executados, item do contrato realizado quando se tratar de serviço realizado bem como os km rodados de início e término dos serviços, a planilha relatório deverá estar atestada pelo fiscal da contratação, junto com a nota fiscal, imprescindível para liberação do pagamento

5.4. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias após a comprovação do recebimento dos serviços.

5.5. Serão processadas as retenções tributárias e previdenciárias nos termos da legislação que regula a matéria.

5.4. A empresa deverá apresentar a cada novo contrato, sendo requisito indispensável para o pagamento, assim como os demais documentos:

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Alto Alegre
Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000
CNPJ: 92.406.057/0001-03
E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br
Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

- a) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- b) prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, e com o Município de Alto Alegre/RS, nos termos do art. 193 do Código Tributário Nacional, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- d) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
- b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para a apresentação do documento;

CLAUSULA SEXTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

6.1 As despesas decorrentes do presente contrato, correrão por conta das Dotações Orçamentárias constantes do Parecer Contábil, anexo ao processo, a qual é parte integrante do **Processo Licitatório nº 051/2025 – na Modalidade Pregão Eletrônico nº 026/2025.**

6.2 Os recursos financeiros para as despesas decorrentes do presente contrato serão provenientes das dotações orçamentárias para o ano de 2025, conforme Lei Municipal nº 4.027/2024:

Secretaria Municipal da Agricultura:

2703- Manutenção de água

3390.39.16.00.00.00-Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

CLÁUSULA SÉTIMA – ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

7.1. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão atualizados monetariamente pelo índice IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, acrescido de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata die, até o efetivo pagamento.

CLÁUSULA OITAVA- REAJUSTAMENTO

8.1. O valor relativo ao objeto contratado será reajustado a contar da data-base vinculada à data do orçamento estimado, mediante utilização do índice IPCA.

CLÁUSULA NOVA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:

9.1. Diante da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que venham a inviabilizar a execução do contrato nos termos inicialmente pactuados, será possível a alteração dos valores pactuados visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante a correspondente comprovação da ocorrência e do impacto gerado, respeitando-se a repartição objetiva de risco estabelecida.

9.2. Durante a vigência da Ata, os preços dos materiais serão reajustados pelo índice IPCA com data-base vinculada à data do orçamento estimado, de acordo com o art. 92, §3º da Lei 14.133/2024.

9.3. O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser indicado pelo CONTRATANTE ou solicitado pela CONTRATADA.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Alto Alegre
Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000
CNPJ: 92.406.057/0001-03
E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br
Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

9.4. Em sendo solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, o CONTRATANTE responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data do protocolo correspondente, devidamente instruído da documentação suporte.

9.5. Dentro do prazo previsto no item 9.4, o CONTRATANTE poderá requerer esclarecimentos e realizar diligências junto a CONTRATADA ou a terceiros, hipótese em que o prazo para resposta será suspenso.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES:

10.1 Dos Direitos

10.1.1 da CONTRATANTE: receber a prestação do serviço e/ou bem deste contrato nas condições avençadas;

10.1.2 da CONTRATADA: receber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

10.2 Das Obrigações

10.2.1 Da CONTRATANTE:

10.2.1.1. Acompanhar a entrega do objeto;

10.2.1.2. Comunicar ao Fornecedor toda e qualquer ocorrência relacionada à aquisição dos produtos, como por exemplo, a quantidade a ser entregue;

10.2.1.3. Proceder às advertências, multas e demais comunicações legais pelo descumprimento dos termos deste instrumento;

10.2.1.4. Verificar a regularidade da situação fiscal do Fornecedor e dos recolhimentos sociais trabalhistas sob sua responsabilidade, antes de efetuar cada pagamento devido;

10.2.1.5. Promover a fiscalização e conferência dos fornecimentos executados pelo Fornecedor e atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução total, fiel e correta dos fornecimentos, podendo rejeitar, no todo ou em parte, o material que o Fornecedor entregar fora das especificações deste termo de referência;

10.2.1.6. Efetuar o pagamento na forma convencionada neste instrumento;

10.2.1.7. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Fornecedor;

10.2.1.8. Observar para que, durante toda a vigência da contratação, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas e as condições de habilitações exigidas;

10.2.1.9. Permitir o livre acesso do pessoal do Fornecedor ao local de entrega do objeto;

10.2.1.10. Notificar, por escrito, ao Fornecedor, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do fornecimento, fixando prazo para sua correção.

10.2.1.10. Aplicar a contratada as sanções cabíveis;

10.2.3 Da CONTRATADA:

10.2.3.1. Entregar os materiais dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas neste termo de referência, com a observância as recomendações aceitas pela boa técnica, normas e Legislação pertinente;

10.2.3.2. Substituir os produtos fornecidos nos quais se verificarem defeitos de fabricação ou danificados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação que lhe será entregue;

10.2.3.3. Cumprir fielmente as obrigações definidas neste termo de referência, de forma que o objeto deverá ser entregue de acordo com as exigências nela contidas;

10.2.3.4. Prestar todos os esclarecimentos solicitados e atender às reclamações formuladas;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Alto Alegre
Rua Recreio n° 233 - CEP: 99.430-000
CNPJ: 92.406.057/0001-03
E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br
Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

10.2.3.5. Comunicar ao Contratante qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

10.2.3.6. Manter, durante toda a execução da contratação, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório;

10.2.3.7. Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento, desde o transporte (frete), embalagens, como também encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e salários de seus empregados;

10.2.3.8. Comunicar ao Município, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis que antecedem o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilite o seu cumprimento;

10.2.3.9. O Município não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do Fornecedor para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

10.2.3.10- A garantia das peças deverá ser a do fabricante

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. A gestão e a fiscalização do contrato serão feitas observando as regras dos Decretos Municipais n.º 3.701/2024 e 3.700/2024, que “Regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de Alto Alegre/RS nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”.

11.2. A gestão do contrato ficará a cargo das Secretarias Municipais, a fiscalização será realizada por servidor designado pela Portaria 12.000/2025.

11.3. Dentre as responsabilidades dos fiscais está a necessidade de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive quando de seu fiel cumprimento, determinando o que for necessário para a regularização de eventuais faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

12.1 A CONTRATADA estará sujeita às seguintes Sanções Administrativas, sendo responsabilizada administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o referido processo ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- i) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Alto Alegre
Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000
CNPJ: 92.406.057/0001-03
E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br
Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item **12.1** deste Contrato as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão contratante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.3 As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item **12.2** do presente contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.

12.4 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

12.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.6 A aplicação das sanções previstas no item **12.2** deste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.7 Na aplicação da sanção prevista no item **12.2**, alínea "b", do presente ETP, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.8 Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item **12.2** do presente ETP o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.9 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

12.10 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.11. É admitida a reabilitação do contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Alto Alegre
Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000
CNPJ: 92.406.057/0001-03
E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br
Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO

13.1. As hipóteses que constituem motivo para rescisão contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, por:

I- Ato unilateral e escrito da **CONTRATANTE**, exceto nos casos em que esta tenha dado causa à extinção;

II- Consensual, desde que haja interesse e seja conveniente para a **CONTRATANTE**;

III Por decisão arbitral ou judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO:

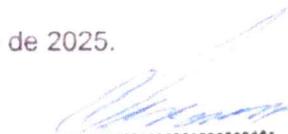
14.1 Eventuais litígios decorrentes da execução deste contrato serão dirimidos perante o Foro da Comarca de Espumoso/RS.

14.2 E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo firmadas.

Alto Alegre/RS, 16 de julho de 2025.

SILMAR
DEMAMAN:4
9664093149

Assinado de forma
digital por SILMAR
DEMAMAN:49664093
149
Dados: 2025.08.06
16:44:08 -03'00'


Gilmar Jacob Henkes
Administrador

SILMAR DEMAMAN
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

GILMAR JACOS HENKES
ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE POÇOS LTDA
CONTRATADA

THARLES MUSSKOPF
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA AGRICULTURA
GESTOR DO CONTRATO

JONEIS DE MORAS
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
FISCAL DE CONTRATO – PORTARIA Nº12.089/2025

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF Nº:
ENDEREÇO:

NOME:
CPF Nº:
ENDEREÇO: